UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FLÁVIO NOGUEIRA DE FREITAS NETO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS DO CAMPO DE CURRALINHO-PARÁ

CURRALINHO- PA
2020

FLÁVIO NOGUEIRA DE FREITAS NETO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS DO CAMPO DE CURRALINHO-PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientação: Prof.ª Ma. Manuelle Espíndola dos Reis

CURRALINHO- PA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freitas Neto, Flávio Nogueira de.
Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo de Curralinho - PA / Flávio Nogueira de Freitas Neto. — 2020.
42 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. MSc. Manuelle Espíndola dos Reis
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Breves, Faculdade de Educação, Breves, 2020.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Plano Nacional da Educação. 3. Pesquisa. I. Título.

CDD 374.4881

À todas as pessoas que me ajudaram e me incentivaram nessa caminhada, em especial, Minha mãe, meu pai, minha esposa, minha tia Draª Severa, minha sogra, meu sogro, e meu querido e amado filho Mateus Felipe, a todos que durante esse período acadêmico me ajudaram de alguma forma, para que eu pudesse realizar meu sonho de concluir a minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de estar realizando este sonho tão almejado por muito tempo, pela força que ele sempre me dá em todos os momentos da minha vida, por ter mantendo-me de pé nos dias difíceis de minha vida, onde muitas vezes pensei em desistir e pela proteção de me guardar de todo o mal.

Gostaria de deixar meus primeiros agradecimentos aos professores e professoras que contribuíram desde o início de minha vida escolar até este ponto, um destaque especial, à primeira, professora Socorro Baratinha, ao qual tenho tanto apreço, ela que me ensinou os primeiros traços da escrita, e da leitura. Meus professores e professoras dentro da universidade que contribuíram bastante para minha formação teórica e pratica acadêmica. E também, à minha orientadora Manuela Espindola, por suas valorosas contribuições, observação e ideias, para que eu pudesse realizar este trabalho da melhor forma possível. Gostaria de agradecer aos meus pais, estes que me dão a força diária, em especial minha rainha, Rosa Antonete Maia de Freitas que sempre esteve ao meu lado, aconselhando-me e oferecendo toda condição necessária para que me tornasse a pessoa que sou hoje, e meu querido pai Antônio Vale, que sempre me aconselhou e me animou nos dias de tristeza para que eu não desistisse diante dos obstáculos.

A minha esposa Dielly da Cruz e meu filho Mateus Felipe de Freitas, por entenderem minhas ausências e dias de angustia, muito obrigado por estarem presente nesta minha conquista.

Meus colegas de curso, que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica, aos amigos e amigas do trabalho que contribuíram para este momento.

Às minhas tias, Severa Romana, Roseli de Freitas, Edelvira de Freitas, que sempre me o total apoio para que eu continuasse nesta jornada, seja em forma de incentivo motivacional ou financeiro, e a minha prima Jaqueline Luzia que sempre que pode me ajudou emprestando sua impressora para que pudesse imprimir meus textos e trabalhos durante o período da faculdade.

Enfim, aos meus amigos e familiares que não foram mencionados aqui, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo intitulado como “Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo de Curralinho-Pará” objetivou investigar como acontecem as relações das experiências vivenciadas, estudos e discussões acerca da Educação de Jovens e Adultos com um olhar específico para a EJA no campo do município de Curralinho-PA. A pesquisa realizada é de base predominantemente qualitativa, pois através dos dados consultados no Plano Nacional de Educação, podemos analisar as informações contidas nas metas referentes à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e quais as estratégias especificas voltada a demanda abordada. E de forma quantitativos, através da analise dos dados contidos no anuário brasileiro da educação básica, que medem os índices da Educação de Jovens e Adultos tanto no âmbito Nacional, como nas cinco regiões do Brasil. As fontes teóricas que sustentam as discussões são: Arroyo (1998), BESSERA (2014), Alvez (2008), Plano Nacional de Educação-PNE (2013), Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018), e outros. Os resultados obtidos na pesquisa evidenciam a disparidade que há na qualidade de ensino das turmas da EJA nas diferentes regiões do Brasil, bem como, as diferenças entre os indicies de desenvolvimento educacional para a educação de jovens e adultos, nos diferentes segmentos apresentados, a exemplo: faixa-etária, etnia, gênero e condição social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Plano Nacional da Educação; Pesquisa.

ABSTRACT

The present study entitled "National Education Plan 2014-2024 and the Education of Young People and Adults in schools in the countryside of Curralinho-Pará" aimed to investigate how the relationships between lived experiences, studies and discussions about the Education of Young People and Adults happen with a specific look at EJA in the countryside of the municipality of Curralinho-PA. The research carried out is predominantly qualitative, because through the data consulted in the National Education Plan, we can analyze the information contained in the goals relating to Youth and Adult Education in Brazil, and what specific strategies are aimed at the demand addressed. And in a quantitative way, through the analysis of data contained in the Brazilian basic education yearbook, which measures the rates of Youth and Adult Education both at the National level and in the five regions of Brazil. The theoretical sources that support the discussions are: Arroyo (1998), BESSERA (2014), Alvez (2008), National Education Plan-PNE (2013), Brazilian Yearbook of Basic Education (2018), and others. The results obtained in the research highlight the disparity in the teaching quality of EJA classes in the different regions of Brazil, as well as the differences between the educational development indicators for the education of young people and adults, in the different segments presented, for example: age group, ethnicity, gender and social status.

Keywords: Youth and Adult Education; National Education Plan; Search

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escolaridade de jovens de 19 aos 29 anos no Brasil..... 27
Gráfico 2 - Escolaridade da população de 18 a 29 anos..... 28
Gráfico 3 - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos por renda Brasil.... 29
Gráfico 4 - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos por raça/cor Brasil 31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade Brasil e regiões 2012-2017 em % 33
Tabela 2 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade urbana/rural 2012-2017 em %..... 35
Tabela 3 - Matriculas integradas a educação profissional: nacional e por região do Brasil..... 36

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**.....	09
2	**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**.....	12
3	**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO O PLANO NACIONA DE EDUCAÇÃO E ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2012 A 2017)**.....	19
4	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....	38
	REFERENCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil tem perpassado por inúmeras transformações no decorrer de sua trajetória, e desde a chegada das grandes cruzadas no Brasil, até então colônia de Portugal, houve inúmeras tentativas educacionais no país, como foi o caso das escolas jesuítas, escolas primarias, e escolas elementares, mas vemos ainda que estas tinham suas caraterísticas voltas mais para a catequização e não para o próprio ensino disciplinar em si, o que é algo totalmente compreensivo se levarmos em conta o período ocorrido. Mas o fato é que desde então, vemos a evolução que a educação tem alcançando com o passar da sua história. (ALVEZ, 2008).

Quando se pensa em educação de Jovens e Adultos no Brasil, pode-se perceber que está tem sua história ainda mais recente, quando comparada a educação de forma geral, por conta disto, podemos destacar algumas iniciativas que deram início a modalidade de educação de Jovens e Adultos- (EJA) no Brasil, como a criação do decreto 19.513 de 1940, onde se começa a pensar novas políticas que atendam essa demanda de jovens e adultos, podemos citar também a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos- (CEAA) de (1947), essa foi a primeira iniciativa governamental para a atender jovens e adultos no Brasil.

No final dos anos 50, a criação da nova pedagogia proposta por Paulo Freire, que levava em consideração a vivência e a realidade do educando, (entre outras como O Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, entre outras (BESERRA; BARRETO, 2014).

A presente pesquisa tem como tema **"PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS DO CAMPO DE CURRALINHO-PARÁ"** originou-se das experiências vivenciadas, estudos e discussões acerca da Educação de Jovens e Adultos, com olhar específico para a EJA no campo do município de Curralinho-PA. Embora bastante discutido por diversos autores como Arroyo, Hage e Freire, algumas questões são importantes e sempre deverão ser ressaltadas, principalmente quando pensada a educação de Jovens e Adultos a partir das perspectivas atuais, em que se deve priorizar o atendimento e educação de qualidade, com preocupações para a formação do sujeito comprometido com o projeto de humanização e cidadania.

A escolha do tema se deu baseando-se em duas vertentes principais, a primeira por meio das experiências vivenciadas no estágio curricular de Educação de Jovens e Adultos,

que fora de suma importância para minha formação acadêmica e enquanto professor, e a segunda através do interesse em conhecer a temática mais profundamente no que consistem as escolas do campo atualmente a partir da história da Educação de Jovens e Adultos, pois o campo, historicamente, tem ocupado lugar secundário no que se refere à políticas públicas tornando-se relevante discutir a temática ora apresentada, por representar um recorte de como a política de Educação de Jovens e Adultos é abordada no Planos Nacionais de Educação e como a mesma está sendo implementada no Município de Curralinho-PA, com base nesta perspectivas apresentadas.

Diante disso, levanta-se o seguinte questionamento: Quais as políticas segundo o Plano Nacional de Educação podem ser aplicadas para a modalidade de jovens e adultos no cenário da educação brasileira. Para tanto, por meio de uma revisão bibliográfica acompanhada de uma análise crítica e reflexiva dos documentos oficiais consultados referente a EJA, buscou-se analisar que contribuição o Plano Nacional de Educação tem dado para as políticas adotada a educação de Jovens e Adultos no Campo. Pois, dada a importância da Educação de Jovens e Adultos é de suma relevância que as políticas voltadas para esse público fortaleça sua cidadania e sua participação em todos as esferas da sociedade

Por meio de autores como Arroyo (1998), em Por uma Educação no Campo, podemos conhecer um pouco da realidade da educação do campo. O mesmo nos ajuda a entender um pouco da visão euro-centrica ainda hoje atribuída a educação do campo, que enxerga o campo como algo atrasado, ou requisito da educação se comparado com o meio urbano.

No que tange a Educação de Jovens e Adultos a pesquisa tem como referencial os Estudos de BESSERA (2014) intitulado: Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. Que faz uma análise referente as demandas da EJA no Brasil e nos ajuda a entender um pouco do histórico de exclusões dos programas voltados a essa demanda de ensino que é a Educação de Jovens e Adultos.

Bem como, usaremos como fontes de dados o Plano Nacional de Educação que nos dará suporte principal à nossa pesquisa, pois através dele, analisaremos as metas referentes a EJA no Brasil, bem como, o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2018 que faz referência aos dados estáticos, com os números e percentuais atuais contidos nas metas analisadas pelo PNE relacionado a demanda de Jovens e Adultos no Brasil e nas regiões.

Este estudo nos deu suporte para entender melhor sobre a dinâmica da EJA. Para Alvez (2008), a história da educação no Brasil, onde podemos conhecer um pouco do percurso histórico da educação de jovens e adultos no Brasil. Não podemos esquecer do

grande educador Paulo Freire (1996). Entre suas vastas obras destacamos A Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia. Para nos dar embasamento o autor discute, nas obras citadas acima, a importância do professor e da escola na vida de um aluno e esses quando estão comprometidos com uma educação verdadeiramente democrática, podem mudar vidas através da educação.

Esses são alguns dos autores que fundamentaram essa pesquisa, pretende-se por meio da base teórica juntamente com a pesquisa de campo obter o melhor resultado possível ao analisarmos os dados contidos no PNE referentes as metas que fazem menção ao material de estuda da pesquisa que é a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A pesquisa a ser realizada foi de forma bibliográfica e documental. Para Tozoni-Reis (2009, p. 35), "a pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato do campo onde será feita a coleta de dados é a própria bibliografia sobre o tema ou objeto que se pretende investigar". Hissa (2013, p. 111), compreende a pesquisa bibliográfica "como um diálogo que se estabelece entre o sujeito da pesquisa e os diversos sujeitos, que também poderão ser postos em debates ao longo do texto, de modo a construir argumentos temáticos, teóricos e históricos acerca do que se pesquisa".

Também buscamos apoio na pesquisa documental, pois "a pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta de dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial, etc.). (TOZONI-REIS, 2009, p. 42). Cabe informar que foram analisados os documentos: Plano Nacional de Educação (PNE) e o Anuário Brasileiro de Educação básica (2018).

A pesquisa realizada é de base predominantemente qualitativa, pois através dos dados consultados no Planos Nacional sobre Educação, podemos analisar as informações contidas nas metas referentes a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e quais suas estratégias poderiam ser tomadas para que se chegasse as metas almejadas, por esse motivo poder-se-á chegar a essas conclusões. E de forma quantitativos, pois, foram analisados os índices da Educação de Jovens e Adultos tanto no âmbito Nacional, como nas cinco regiões do Brasil, através do anuário brasileiro da educação básica, que nos trouxe dados e gráficos referentes as informações sobre a Educação de Jovens e Adultos tanto no cenário Nacional, quanto nas diversas regiões.

Os instrumentos de coleta de dados foram: consulta bibliográfica, através dos autores que falam sobre o tema, e o PNE e ABEB com as informações e gráficos sobre as regiões. No primeiro momento será feito a coleta das informações e consulta de autores, e posteriormente as informações transcritas para a pesquisa.

Diante disto, a pesquisa está dividida em dois significativos momentos: No primeiro momento será realizado um breve histórico sobre a política de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sabemos, contudo, que durante anos a Educação de Jovens e Adultos ficou à margem do processo de idealização, que vê a EJA como uma política compensatória, que por vezes é vista como a um atraso no processo de idealização escolar, e diante disto podemos entender a falta de incentivos e reformas para esta modalidade de ensino.

No segundo e último capítulo, foi apresentada o percurso do **Plano Nacional de Educação 2014-2024 e a Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo de Curralinho-Pará.** Em um primeiro momento será apresentado segundo Arroyo (1998), uma concepção da educação do campo e a luta dos movimentos sócias para as afirmações de políticas voltadas as demandas da educação básica no campo, e em um segundo momento, foi apresentado, as metas que fazem referência a EJA no Brasil, bem como, no Anuário Brasileiro de Educação Básica, falaremos destas metas e apresentaremos os dados estáticos que corroboram com as concepções, antes das mencionadas pelos autores consultados.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A política de Educação de Jovens e Adultos tem uma trajetória histórica marcada por ações descontínuas, e por uma diversidade de programas, muitas vezes não caracterizada como escolarização. É uma modalidade de ensino considerada complexa, pois envolve dimensões que transcendem a questão educacional.

Cruz (2014) enfatiza que a pouco tempo atrás, a educação de Jovens e adultos resumia-se a alfabetização, e essa, caracterizada como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. E desta perspectiva não se tinha uma preocupação com o senso crítico dos educandos envolvidos nesse processo de ensino, desta forma, todo o processo de ensino que envolvia a EJA representava um atraso nesse nível de ensino, pois não preparava os seus alunos para uma realidade analítica crítica.

Para Alvez (2008), a história da educação no Brasil pode ser dividida em três partes, a primeira refere-se a educação do Brasil colônia que ocorreu durante os séculos XVI à XIX no Brasil e que foi caracterizado pela colonização dos portugueses ao nosso território, e as primeiras iniciativas de escolarização no Brasil Colônia, até meados dos anos de 1822. Desta forma, não se conhece uma iniciativa formal referente a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o que é compreensível devido a precarização do ensino da época que está em fase inicial.

A segunda fase da história da educação do Brasil corresponde a educação no Brasil monárquico ao qual ocorreu em meados dos anos de 1822 à 1889. E a terceira e última fase da educação, faz referência à educação no Brasil república, que ocorreu nos anos de 1898 até a nossa LDB de 1996, que foi um marco na educação brasileira. Para tanto a educação de Jovens e Adultos no Brasil, não teve um percurso tão antigo e raro, como foi na educação de forma geral, e sim tem um percurso histórico recente, que ocorreu apenas no Brasil República.

Como foi exposto anteriormente, apenas na república do Brasil, é que tivemos de fato um olhar especifico voltado para a educação de Jovens e Adultos, e essa visto como uma modalidade de ensino vincula a um ensino regular.

Embora se entenda que somente no Brasil Republica houve dados referente a educação formal nas turmas de Jovens e Adultos, o primeiro registro que conhecemos referente a escolarização de pessoas jovens e adultos foi durante a colonização do Brasil, com os jesuítas que catequisavam os jovens e adultos nativos assim como os filhos dos colonizadores, esses com motivações diferentes. (BESERRA; BARRETO, 2014 apud. ARANHA, 2006).

Alvez (2008), destaca que os índios por sua vez, entravam em lutas constantes entre si, devido a aceitação ou não de alguns dos ideários impostos pelos colonizadores. E isso era motivo de preocupação por parte dos Colonizadores em especial dos padres, responsáveis pela catequização dos nativos, com isso, para reverter essa situação a melhor forma seria aculturar os indígenas aos moldes da civilização ocidental cristã com valores espirituais e morais. Desta forma, a colonização alcançaria sucesso.

A corou portuguesa, para esse trabalho contou especialmente com a presença e o apoio da Companhia de Jesus, e esta tinha como ideal difundir a fé católica no novo mundo, em resposta à ameaça protestante que se alastrava na Europa. Segundo Alvez:

> Em 1549, quinze anos depois de sua fundação, seis jesuítas chegaram ao Brasil, tendo o Padre Manoel da Nóbrega como superior. Nóbrega havia entrado na Ordem em 21 de novembro de 1544. Com a autorização de D. João III, Rei de Portugal, aportam na Baía de Todos os Santos a 29 de março, meio século após a chegada dos portugueses. Vieram com o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, atendendo à solicitação do governo imperial para catequizar os nativos da Província de Santa Cruz. (ALVEZ, 2009, p.14).

Nesta perspectiva, entende-se que a educação de Jovens e Adultos no Brasil colônia, não caracterizou uma educação escolarizada de caráter pura e meramente educacional, e sim, uma educação de caráter catequizador, ou seja, para uma aculturação do povo colonizado, desta forma, em muitos casos os costumes e rituais nativos foram reprimidos e extintos, esses

que na visão dos colonizadores, não pactuavam o interesse e costumes da igreja católica.

Tivemos ainda algumas iniciativas de educação, essas mais voltadas para uma educação formal nos moldes tradicionais, como foi o caso da primeira escola elementar brasileira, em Salvador, tendo como mestre o Irmão Vicente Rodrigues onde se educava crianças com idades regulares, ou quando tivemos no Brasil a chegada de um segundo grupo de jesuítas esses mais preparados e trazendo consigo mais conhecimentos, segundo Alvez (2006):

> O segundo grupo de jesuítas chegou ao Brasil em 1553, trazendo o mais conhecido e talvez o mais atuante, Padre José de Anchieta, nascido a 19 de março, em Tenerife nas Ilhas Canárias, no ano da fundação de sua Ordem, 1534. Entrou aos 17 anos na Companhia de Jesus. Um acidente durante seus estudos o deixou meio corcunda e sem esperança de recuperar a saúde. Pediu para vir à missão do Brasil, seus superiores aceitaram o pedido com esperança de que aqui pudesse, com ajuda do clima ameno, melhorar sua saúde. Anchieta já era um excelente poeta e grande latinista. Chega ainda noviço à Bahia com 20 anos de idade [...] Inicia sua missão como carpinteiro, sapateiro e alfaiate. (ALVEZ, p.15, 2009).

Desta forma, nota-se a importância e frequência que esses grupos de jesuítas tiveram na catequização da colônia portuguesa, e por conta disso pode-se entender a influência marcante que a mesma teve para a religião no Brasil até os dias de hoje, e não somente com a influencia na educação que tinha sua base fundamentalmente religiosa. Fato esse que teve relativa influencia uma na outra.

Ainda tivemos outras pequenas escolas ministradas pelos jesuítas e que de lá formaram grandes mestres, a partir do ideário e dogma católico, que foi o caso do Padre Antônio Vieira. Nascido em Lisboa, a 06 de fevereiro de 1608, veio com a família Real para o Brasil, com destino a Bahia, aos seis anos de idade. E segundo Alvez:

> A 5 de maio de 1623 entra no noviciado da Companhia [...]como grande defensor da liberdade dos indígenas, combatendo a sua exploração e escravização. Por isso ficou conhecido entre eles por Paiaçu, grande Pai, em Tupi. Defendeu também os cristãos-novos (judeus convertidos) os cristãos- velhos (católicos tradicionais), ambos perseguidos pela Inquisição, e os negros escravos. Criticou severamente os sacerdotes de sua época que atuavam em favor do Santo Ofício. Essa postura custou-lhe a acusação de herege pela inquisição em 1649. (Alvez, p.17, 2009).

Tivemos neste período as primeiras iniciativas de escolarização formal, e essas de certa forma, foram pouco efetivas do ponto de vista educacionais, quanto a questão de educação de Jovens e Adultos no Brasil colônia, como podemos perceber, de forma geral tivemos apenas a catequização dos padres jesuítas aos nativos brasileiros, e esse com caráter totalmente religionário.

Durante o período da Monarquia no Brasil, houve grande mudança na até então

colônia Portuguesa, a primeira se deu devido ao descontentamento muito grande do povo português, que pedia a volta da família real a Coroa Portuguesa, está por sua vez, passando por muitas dificuldades devido à ausência da família real ao continente europeu. E com isso em 1820, segundo Alvez:

> Teve início a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto, visando o fortalecimento da Corte, e consequentemente o enfraquecimento do absolutismo real. Isto veio apressar a volta do Príncipe, D. João VI a Portugal em 1821, e contribui para o processo de emancipação política do Brasil. Um ano depois do seu retorno, também sob pressão, seu filho Dom Pedro I, novo regente, proclama a Independência do Brasil, a 7 de setembro. No dia 3 de maio de 1823, teve início a Assembleia Constituinte que redigiria a primeira Constituição do Império. Vários setores e personalidades se colocaram contrários à forma como estava sendo encaminhado o projeto constitucional, especialmente os portugueses, o imperador e os democratas. O conflito político começou a esquentar e se generaliza, registrando-se muitos embates entre portugueses e brasileiros, entre D. Pedro e os deputados. (ALVEZ, p.40.2009).

Para Alvez (2006), dentre outros fatos importantes que acometeram neste meio tempo, foi somente em 3 de maio de 1823, que teve início a Assembleia Constituinte que redigiria a primeira Constituição do Império. Vários setores e personalidades se colocaram contrários à forma como estava sendo encaminhado o projeto constitucional.

Após muitos conflitos e acusações a representação popular perdeu e com isso o imperador da época ordenou no dia 12 de novembro de 1823, que a tropa imperial invadisse o plenário, prendesse e exilasse vários deputados, e, por um decreto, dissolveu a constituinte. Para a história este fato ficou conhecido como a noite da agonia.

Todavia, a 25 de março do ano de 1824, o imperador outorgou a Primeira Constituição Política do Império do Brasil. A Constituição estabelecia o governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo. Mas, infelizmente manteve em sua base o escravismo.

Alvez (2006) esclarece que a primeira Constituição do Império do Brasil de 1824 garantia a gratuidade do ensino, porém os recursos, tanto quantitativos como qualitativos não eram suficientes para gerir toda a demanda que a educação tinha. Assim a escola, especialmente, as de primeiras letras eram muito reduzidas, bem como, não havia pessoal preparado para trabalhar com o magistério na época, esses poucos que atuavam, não encontram apoio necessário para o exercício da profissão.

Desta forma, o ensino esteve fadado ao insucesso, e como não aconteceu como previsto com a educação, segundo Alvez (2006), “D. Pedro I promulga uma lei geral referentes ao ensino público: Projeto de Lei Geral de 15 de outubro de 1827, [...] Esta que em 1963, por meio do Decreto Federal n.º 52.682, foi criado o 15 de outubro como dia do

professor".

Percebesse durante monarquia a tentativa de se padronizar uma educação no Brasil, o que acabou não se consolidando como nos países de primeiro mundo, devido à má qualificação na formação dos profissionais que trabalhavam com a educação, ou quanto as instituições educacionais na época que não tinham estrutura nem davam suporte para a demanda de alunos necessitados de educação

Quanto ao fato da Educação de Jovens e Adultos, percebemos que novamente não houve durante a monarquia uma preocupação com a alfabetização de jovens e adultos, muito graças ao mercado de trabalho que não lhes exigiam um grau intelectual muito elevado, ou simplesmente pelo fato das instituições não oferecem tal modalidade de ensino, devido essas não serem uma preocupação real e presente.

No pensamento da classe dominante na época, não havia porque gastar recursos com educação para adultos, visto que estes já estavam inseridos no mercado de trabalho. Nesse sentido,

> A educação de adultos das classes pobres sempre foi vista pela classe dominante como desnecessária e até "prejudicial" à felicidade desses trabalhadores. O discurso da elite naturalizava a condição financeira; assim, os menos favorecidos deveriam aceitar a posição à qual foram destinados na sociedade. Na verdade, o que se escondia por trás dessa ideia é que a educação seria subversiva e poderia criar indivíduos perigosos: capazes de entender seu papel enquanto cidadãos, questionadores, insubordinados, "inimigos da sociedade" estabelecida [...] O trabalho na agricultura ou mesmo na indústria era braçal e dependia de um treinamento mínimo. Seria um desperdício gastar energia e dinheiro com alfabetização de adultos já inseridos no mercado de trabalho, sendo melhor investir na educação de base – a educação infantil. (CRUZ; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 1).

Somente com a nova república do Brasil a partir do século XX, é que percebemos uma real preocupação com a demanda de Jovens e Adultos no Brasil, primeiro por uma necessidade do mercado de trabalho que exigia a mercantilização da mão de obra, e segundo pelas exigências das camadas populares que clamavam uma melhoria na qualidade da educação. Assim, fica evidente que:

> Essa política de adestramento foi dominante até pouco tempo. A história da EJA no Brasil é, portanto, uma história recente. Com o desenvolvimento industrial e a reorganização do processo do trabalho, iniciou-se uma mudança de postura e interesses da elite em relação à formação do trabalhador. A partir daí, houve valorização da educação de adultos, buscando a capacitação profissional desses trabalhadores. (CRUZ; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 1).

Nesta perspectiva, entende-se que houve uma verdadeira e profunda mudança no pensamento referente a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e partindo deste princípio, se começa a pensar políticas voltadas para essa modalidade de ensino. A partir de 1945, com a aprovação do Decreto nº19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Adultos tornou-se oficial. Daí por diante novos projetos e campanhas foram lançados com o intuito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em período regular.

Costa (2011), aponta que foi a partir dos anos de 1940, com a criação do decreto 19.513, que se começa a pensar novas políticas que atendesse essa demanda de jovens e adultos, com isso podemos citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos-CEAA (1947) primeira iniciativa governamental para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Está atendendo aos estímulos para novas campanhas a esse público. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, tinha por objetivo levar a educação de base a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais.

No final dos anos 50, cria-se uma nova pedagogia proposta por Paulo Freire, este levando em conta a vivência e a realidade do educando, este como sendo um participante ativo no processo de educação. E isso, deu uma perspectiva a novas campanhas e movimentos voltados para esse público.

Segundo Beserra (2014), várias foram as ações voltadas para o público da educação de jovens e adultos, dentre elas podemos citar: O Movimento de Educação de Base- (MEB), sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura- (CPC) (1963), Movimento de Cultura Popular- (MCP) e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os "currais" eleitorais mantidos pelas práticas "clientelísticas"), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire. (BESERRA, 2014).

Embora o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, proposto por Freire tenha ajudado a dar novos apontamentos referente ao assunto, durante o regime militar (1964-1985), estes movimentos e seus integrantes foram perseguidos e reprimidos pelos órgãos do Governo Federal que, em 1967, autorizou a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização-(MOBRAL), que a partir de 1985 passou a se chamar Fundação Educar. Nesse sentido, Rybczynski (2014), esclarece que:

> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi um projeto do governo militar brasileiro criado pela Lei n° 5. 379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola, visando conduzir a pessoa a adquirir a leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida na sociedade. Criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do Mobral, [...] porém, com a recessão econômica iniciada nos anos 1980, inviabilizou a continuidade do Mobral, que demandava altos recursos. (RYBCZYNSKI, 2014, p.1).

O programa teve como principal objetivo erradicar totalmente o analfabetismo, e preparar mão-de-obra necessária aos seus fins, ou seja, aos interesses capitalistas do Estado. O que acabou não ocorrendo em nenhum dos dois objetivos, pois, não ofereceu qualificação adequada a toda a demanda presente da época, muito menos erradicou o analfabetismo.

Ainda durante a ditadura militar, com o programa MOBRAL em funcionamento, no ano 1971 houve a aprovação da LDB 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que reconhecia a Educação de Jovens e Adultos como direito à cidadania, porém limitava o dever do estado em oferecer ensino a crianças de 7 a 14 anos. A LDB 5.692 de 1971 que contemplava o caráter supletivo da EJA, não diferia dos objetivos do MOBRAL quanto à profissionalização para o mercado de trabalho e continuava vendo a alfabetização como um ato da leitura e escrita, e essas pura e simplesmente no sentido de decodificação de signos, não para uma análise crítica dos textos trabalhados.

No ano de 1974, foi implantado o Centro de Estudos Supletivos-(CES). Os CES ofereciam oportunidade a jovens e adultos em ter uma certificação de forma mais rápida, porém superficial, e esses ainda com o intuito de qualificação para o mercado de trabalho com um ensino tecnicista e auto instrucional. (BRASIL,1996)

A nova LDB nº 9.394/96, nos art.37 e art.38, veio garantir melhorias a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, trazendo assim uma melhor adequação às novas exigências sociais. Dentre as alterações mais significativas pode-se citar a redução da idade mínima, que passou a ser de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

E como já havia sido proposto por Paulo freire anteriormente, passou-se a priorizar o uso de uma didática apropriada respeitando às características e especificidades do educando, assim como o meio onde vivem, condições de vida e trabalho, e passou-se a fomentar incentivos à aplicação de projetos especiais que propiciasse o alcance dos objetivos desejados. (BRASIL,1996).

Os anos de 1990 trouxeram novas perspectiva para a modalidade de jovens e adultos, que até então não tinha um histórico de sucesso e garantias, pois sem dúvidas a nova LDB de

1996 serviu para ampliar essas garantias e fomentar direitos e incentivos para essa modalidade que antes era sempre vista a marquem do processo de idealização educacional.

> A importância da EJA passou a ser reconhecida em vários países devido às conferências organizadas pela Unesco nos anos 1990. A partir de então, surgiu no Brasil uma mobilização nacional no sentido de diagnosticar metas e ações de EJA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garante igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar. Garante ainda Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. O antigo ensino supletivo passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos – EJA – e ganhou um sentido mais amplo: preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho. (CRUZ; GONÇALVES; OLIVEIRA, p1. 2014).

Dar-se-á um parâmetro de como a Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem passado por um árduo caminho, esse muitas vezes ingrato com essa modalidade de ensino. Embora seja considerada por muitos como uma modalidade atrasada, a Educação de Jovens e Adultos tem mostrado muitos avanços com o passar dos anos, e sabe-se que ainda é pouco e que precisamos ainda muito evoluir.

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO O PLANO NACIONA DE EDUCAÇÃO E ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2012 À 2017).

A educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem passado por um árduo e dificultoso caminho até chegarmos aos moldes que temos hoje, e por esse motivo tem enfrentado vários problemas no decorrer de sua efetiva implementação, tais problemas são também vividos como desafios para se chegar a uma educação de qualidade. Pois, uma educação verdadeiramente democrática passa por um enfrentamento aos privilégios das elites, por esse motivo temos um histórico de exclusões bem significativos aos programas voltados a essa demanda de ensino que é a Educação de Jovens e Adultos. (BESSERA, 2014).

Apesar da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ter tido uma significativa melhora com o passar das décadas, ainda assim percebemos que esse é um caminho que deve ser percorrido com muito empenho para que se tenha de fato uma real qualidade nesta modalidade de ensino ou como nos afirma (Gadotti 2009 apud Jeffrey, 2013), referente ao conceito que define qualidade atualmente:

> Qualidade é a categoria central deste novo paradigma de educação sustentável [...]. Mas ela não está separada da **quantidade** (grifo do autor). Até agora, entre nós, só tivemos, de fato, uma educação de qualidade para poucos. Precisamos construir uma "nova qualidade", como dizia o educador Paulo Freire (1921-1997), que consiga acolher a todos e a todas. [...] Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela. Por isso, o tema qualidade é tão complexo. Não basta melhorar um aspecto para melhorar a educação como um todo [...] Um conjunto de fatores contribui para a qualidade na educação. (GADOTTI, 2009, p.07).

É em busca dessa qualidade que se deve olhar para o horizonte da sala de aula e em todo o contexto escolar que nos rodeia, é enxergar o aluno da EJA com respeito e responsabilidade e como defende Freire (1996), "por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela" e com isso, buscar conhecê-los, e primeiramente tentar entender quem são os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

É evidente que para mudar a sociedade em que vivemos está muito além de somente enxergar a sala de aula como esse trampolim para uma ascensão social, embora entenda-se que esse seja o principal e fundamental passo para se mudar, mas faz-se necessário que se tenha todo um conjunto de ações e estratégias para se chegar a esta destinação final, que é a qualidade no ensino.

Nesta perspectiva, pensar certo como afirma ainda Paulo Freire (1996), é não olhar o educando com aquele estereótipo que ver o aluno da EJA como alguém fragilizado pela sociedade e fora da idealização da educação, esse olhar passa por não enxergar a pessoa que não concluiu o ensino regular na idade certa como fora do padrão da sociedade, quando na verdade sabemos que essa é uma realidade de muitos brasileiros e não de uma minoria, e com isso devemos acima de tudo ter respeito, por nossos alunos da EJA.

São Paulo (2008), esclarece que é evidente que cada aluno jovens e adultos, sentado em sua carteira em nossas salas de aula, pensa e sente e tem lembranças a invocar quando nos observam em nossa prática docente, muitos estão acessando novos conhecimentos durante a aula, por tanto, quais transformações estamos possibilitando a essas pessoas, excluídas de tantas coisas e tão repletas de outras? Enfim, as possibilidades são inúmeras por isso mesmo não devemos pré-conceituar o aluno que frequenta a sala da EJA.

Uma ação adequada passa por conhecer os atores que frequentam nossas salas de aula, é dar autonomia como nos ensina Freire (1996). É acreditar na construção do conhecimento e trazer as experiências de vida do educando, suas experiências pessoais, profissionais, de

relações sociais construídas em suas vidas para o nosso cotidiano escolar.

> O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada a ver com o discurso "bancário" meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, p.13.1996).

E partindo desta perspectiva, o educador deve acima de tudo saber que o seu educando tem suas experiências de vida fora da sala de aula, e não é como uma folha em branco onde está disposto apenas a aprender na sala de aula, quando na verdade sabemos que esse conhecimento ocorre de ambas as partes, e por isso deve aceitar e respeitar a história de vida de cada um aluno, pois, para que os mesmos estejam nesta condição, devem ter aberto mão de várias outras coisas, como afirma São Paulo (2008):

> Devemos admirar, de antemão, a capacidade de lidar com a vida que nossos alunos têm, pois no universo letrado, tecnológico e competitivo em que vivemos, conseguir se manter, apesar de todo o processo de exclusão vivido, sem ter domínio de leitura e escrita, significa que muitos outros conhecimentos e capacidades foram colocados em jogo para dar respostas à vida. (SÃO PAULO, p.13, 2008).

Devemos então diante dente perspectiva, levar em consideração que o aluno da Educação de Jovens e Adultos, ao retornar à sala de aula, muitos após alguns anos parado, carrega consigo todo um histórico de fracasso escolar anterior, e por esse motivo muitas vezes sente-se desmotivado. É papel do educador saber tirar o melhor proveito do seu aluno, sempre respeitado a história de vida de cada um.

Não podemos ainda, deixar de mencionar neste capitulo a importância do papel dos movimentos sociais e as lutas que buscam melhorias na qualidade da educação para os alunos da educação no campo, sejam eles da educação básicas regular, ou ainda de alunos das turmas de jovens e adultos, Arroyo (1998) que defende tão veemente em suas palestras a importâncias dos movimentos sócias do campo na educação básica, é efêmero em dizer:

> A impressão que levo desta Conferência é que ela não fala de pedagogia, ela não apenas fala de educação básica do campo. Ela em todo momento, é pedagógica, é educativa. Todos os gestos são educativos. Aqui se fala mais com gestos do que com palavras. Isto *é* uma característica muito forte do movimento social do campo. Vocês falam de mil maneiras, falam com muitas linguagens, com palavras, com rituais e com sua mística maravilhosa. Falam cantando, falam com a presença das crianças, as crianças chorando, brincando, acompanhando as mães e os pais. (ARROYO, p.9, 1998)

Nesta perspectiva, entende-se então o quanto a educação básica no campo é grandiosa em todo o seu contexto, principalmente quando pensamos ela como uma pedagogia dos gestos, embora não se assemelhe com a educação dos eixos urbanos dos grandes centros, em se tratando de estruturas e organização, ainda assim são grandiosas em seus detalhes, e apresenta toda suas peculiaridades como citado acima, deve-se admirar de antemão a força de vontade ao qual os seus participantes têm de estarem inserido neste contexto de movimentos sociais do campo.

Arroyo (1998) destaca outra questão de suma importância nesta perspectiva dos movimentos sociais do campo, é a relação de como se vincula a construção da educação básica no campo com o movimento social, ou em outras palavras: que educação básica o movimento social no campo estaria construindo? Fica evidente o real entendimento que os educadores estão tendo sobre está nova dinâmica que o campo vem passado, entendendo ainda, que estamos em um tempo propício, oportuno, histórico para repensar radicalmente a educação, pois, o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos.

Para Arroyo (1998), fica claro ainda que como educadores, devemos ter a sensibilidade de perceber essa dinâmica social, educativa e cultural, que o campo vem passando e perguntar-nos que novos sujeitos estão se constituindo, formando, que crianças, jovens, adultos, que mulheres, que professoras e professores, que lideranças, que relações sociais de trabalho, de propriedade, que valores estão sendo aprendidos nesse movimento e dinâmica social do campo. O foco de nosso olhar não pode ser somente a escola, o programa, o currículo, a metodologia, a titulação dos professores, devemos perceber todo o contexto que envolve a educação no campo, e devemos acima de tudo buscar melhorias para nossas escolas e o não conformismo de achar que a educação no campo é assim porque tem que ser e que o "assim" é suficiente para eles, segundo Arroyo (1998),

> O que percebi aqui é que vocês não falaram que educação temos que construir para um dia os trabalhadores do campo serem educados. Não é por aí que vocês colocam as questões, o que vocês colocam são questões mais radicais, se perguntam por um projeto popular, nacional para o campo. Vocês percebem que nesse projeto mais amplo e nacional encontrará sentido um projeto popular de educação básica. Não caem na visão ingênua tão repetida que culpa os trabalhadores do campo, sua falta de educação e preparo pelos problemas, pela pobreza, injustiça, atraso, baixa produtividade etc. (ARROYO, p.10. 1998).

Deve-se entender nesta perspectiva, antes de mais nada, que somente é possível que aconteça de fato qualquer proposta e ação educativa, se está for enxergada em uma nova dinâmica social. Entender ainda, está relação íntima entre um projeto desenvolvido para o

campo e a educação, onde um não deve ser desvinculado do outro, pois, somente assim haverá de fato progresso. Consequentemente vê-se a estreita relação entre as mudanças na educação e o movimento social que acontece no campo, pois, entende-se que a educação rural está em foco, porque o campo está em questão, e neste entendimento, a educação faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla.

Arroyo (1998), enfatiza que para se ter um novo paradigma na educação no campo não é algo tão simplista, pois, para que se tenha de fato essa tão almejada educação inovadora no campo, precisasse primeiramente, fazemos nossos próprios questionamentos, devesse acima de tudo trabalhar práticas educativas inovadoras que já acontecem na educação de adultos, e trazê-las para as escolas família agrícola, na educação infantil, na escola dos assentamentos, na formação de professores, entre outras iniciativas que o campo vem tendo no decorrer de suas lutas e que nesse conjunto de práticas começam ter resultados.

Arroyo (1998) evidencia que somente uma medida a ser aplicada não seria capaz de resolver essa problemática da educação no campo, fica aqui nosso questionamento: O que falta, então? Faltam encontros como este, para que procuremos entender quais são as matrizes dessa nova Educação Básica do Campo, que já está acontecendo. Para dizer com outras palavras e para sermos mais específicos, o que está faltando é descobrirmos aqueles núcleos, ou aqueles pilares, ou aquelas matrizes, que terminarão sendo as vigas mestras que vão constituir um projeto de educação básica. Esta é uma das tarefas centrais neste momento: captar a escola, a educação que está brotando, captar o que há de educativo no conjunto de ações, gestos, lutas do movimento social do campo. E por fim abandonamos aquela visão de enxergar a comunidade do campo como pessoas fragilizadas e vítimas de suas próprias faltas de políticas públicas e por conta disso, não tendo direitos a serem requeridos.

> É por aí que eu gostaria de encaminhar a minha reflexão e destacaria pontos, que me parecem fundamentais. Percebi que estas experiências educativas não têm uma concepção simplista da educação, a imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não precisa de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não precisa de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler. (ARROYO, p.11, 1998).

Infelizmente ainda há esta visão negativa do campo e da educação e que sabemos hoje não ser verdadeira, fica aqui a esperança que temos de que está desapareça no horizonte das elites, não somente das elites, mas também nas de muitos educadores pelo Brasil a fora e principalmente do próprio povo. Devemos ainda, ter a compreensão de qual é a prática da educação básica que devem ser colocadas para as pessoas no campo, que é: a escola rural tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, a educação do campo está onde sempre deve ser colocada, que é na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente. Segundo Arroyo (1998):

> O que vocês estão mostrando *é* que o povo no campo tem tanto direito à educação básica quanto os nossos filhos na cidade. [...]. Tenho uma lembrança muito boa da minha experiência na escola rural e *é* por isso que falo apaixonado que é possível uma nova escola. É possível recuperar a educação básica, recuperar o saber, a cultura, a ética, recuperar os valores próprios de uma educação básica no campo. Gostei do tema da Conferência, é melhor falar em educação básica do campo do que em escola rural. (ARROYO, p.11, 1998)

O que dá para perceber na fala de Arroyo (1998) é exatamente essa paixão ao qual ele tem pela escola do campo, não somente por ter vindo de uma delas, mas por acreditar que é possível dar um novo panorama para as escolas do campo e acima de tudo não é buscar algo ideário ou ilusório, e sim garantir um direito que é assegurado na constituição federal desde 1988, mas que para algumas realidades parecem não existir.

Segundo Arroyo (1998), para adentrarmos mais especificamente nas questões do direito para as escolas do campo, o autor nos coloca alguns pontos importantes, principalmente no que tange os movimentos sociais no terreno dos direitos. A educação básica tem que ser vinculada aos direitos e não no espaço estreito do mercado. Pois,

> O mercado *é* muito pouco exigente com a educação básica, tanto de quem mora na cidade quanto no campo. Para trabalhar na cidade, para pegar o ônibus, para ler o número do ônibus, de poucas letras precisa o trabalhador urbano, para trabalhar na roça menos ainda. O mercado nunca foi bom conselheiro para construir um projeto de educação básica (ARROYO, p.12, 1998)

Nesta perspectiva, dar-se-á para ter uma noção de como pensa a elite em nosso pais, que trata ainda hoje a educação básica como modelo tecnicista, e conseguintemente faltando incentivos e investimentos para a demanda que mais é afetada da sociedade que é a população do campo, mas para Arroyo (1998), o movimento social é mais exigente. Porque nos situa no

terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos erandes valores da vida e da formação humana.

Arroyo (1998) destaca alguns dos princípios da educação básica, mais que fundamentais para qualquer cidadão de direito, é uma educação básica a quem dela precise: mas por quê educar o trabalhador no campo, a trabalhadora, os sem-terra, por quê? Porque são sujeitos de direitos. Essas sem dúvida é uma causa que está sempre em voga nas lutas dos movimentos sociais, senão do que adiantaria os direitos que estão aqui destacados nas paredes, destacados nas músicas, nas bandeiras, na mística: terra, justiça, igualdade, liberdade, trabalho, dignidade, saúde, educação.

Para Arroyo (1998), a questão que teremos de nos colocar é que a escola, a concepção e prática pedagógica, e por fim a estrutura escolar dará conta do direito à educação básica. Em outros termos temos de ter clareza como educadores que pode estar acontecendo um descompasso entre o avanço da consciência dos direitos e a educação escolar. Não nos é pedido que como educadores dinamizemos a sociedade rural a partir da escola, mas que dinamizemos a escola, nossa ação pedagógica para acompanhar a dinâmica do campo.

Não podemos como educadores, perder esse movimento histórico e deve ser colocado entre nós questões básicas para a escola como: A escola trabalha com sujeitos de direitos, a escola reconhece direitos, ou a escola nega direitos? E partindo desta perspectiva deve-se alinhar a importância da escola na garantia desses direitos, porém ela, infelizmente, é peneiradora, é excludente dos direitos.

> Então a questão a nos colocar é: que escola estamos construindo? Que garantia de direitos a nossa escola dá para a infância, para a adolescência, para a juventude e os adultos do campo? Quando vocês professores e professoras recebem jovens, adultos, crianças na escola, olham para eles como sujeitos humanos, ou apenas como alunos? Temos de rever nosso olhar sobre os educandos. (ARROYO, p.12, 1998).

É evidente que a escola ainda não está preparada para fazer esse enfrentamento de paradigma que é uma educação de garantias de direitos, principiante as do campo, ora por ser uma educação voltada para o mercado de trabalho, ora por não dar suporte a seus educadores a tratar esse tipo de questão no contexto da sala de aula e mais amplamente que é a escola.

Fazendo um contraponto, nos textos anteriormente citados e que nos darão ainda embasamento às discursões futuras sobre a educação de Jovens e Adultos no Brasil e os movimentos sociais do campo, é objetivo deste trabalho trazer informações referentes as metas do Plano Nacional de Educação, que visa, discutir assuntos referentes a educação de jovens e adultos, neste sentido, analisaremos o Plano Nacional de Educação em suas metas

referentes a educação de jovens e adultos, ao qual estão definidas nas Metas 8, 9 e 10 do referido Plano.

Na meta 8 nos diz o seguinte:

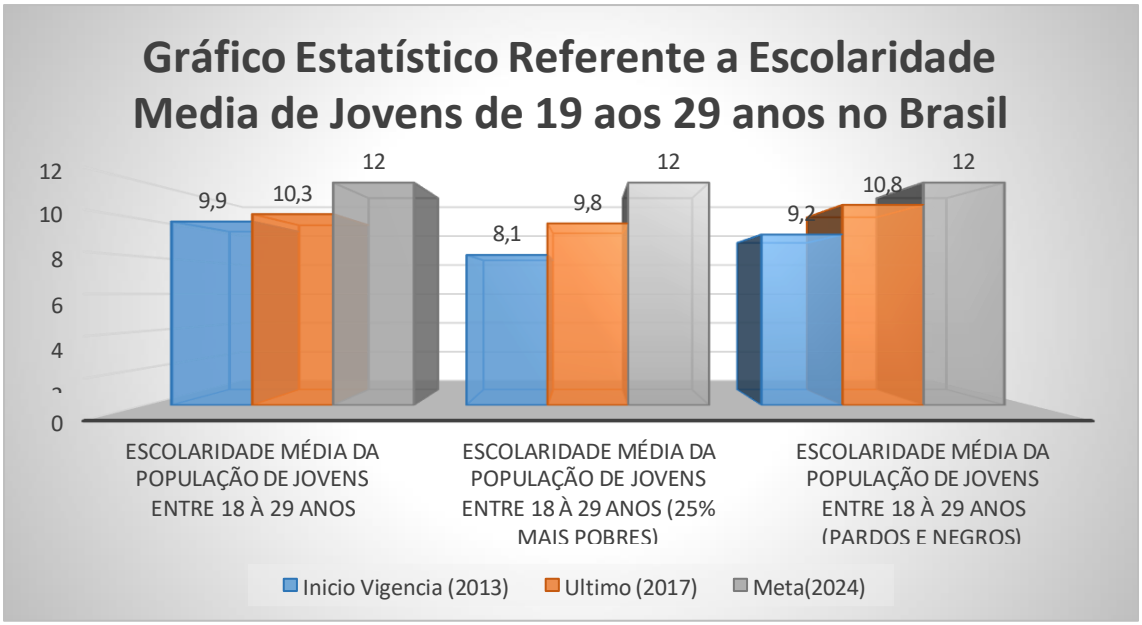
> Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE).

Os objetivos propostos na meta 8 são de interesse da pesquisa, pois, trata da escolaridade de Jovens e Adultos entre 18 a 29 anos de idade e que segundo dados do IBGE, a baixa média de escolaridade está diretamente relacionada com o baixo desenvolvimento social e econômicos das pessoas, e consequentemente do País, desse modo o Plano Nacional da Educação, busca por meio de suas metas e estratégias melhorar a qualidade da educação em nosso País e em nosso município, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2018:

> A escolaridade média da população é um dos principais indicadores a serem observados quando se busca avaliar o desenvolvimento social e econômico de um país. Há uma correlação positiva entre anos de escolaridade e renda. No Brasil, considerando a população entre 18 e 29 anos, a renda média de quem tem Educação Superior completa é três vezes superior à renda dos que não completaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, as estratégias previstas pelo PNE para o alcance desta meta têm como público prioritário jovens e adultos excluídos da escola. (Anuário Brasileiro da Educação Básica, p.78, 2018).

Nesta perspectiva, nota-se uma significativa diferença entre pessoas com escolaridade diferentes, sendo que as que tiveram menos acesso à escola, tendem a ter menores salários nos postos de trabalho, e esse é um fato que deve ser levando em consideração quando se pensa uma educação de qualidade, partindo da análise da meta 8 do Plano Municipal e com dados disponíveis no Anuário Brasileiro da Educação Básica podemos analisar as seguintes informações contidas nos gráficos abaixo:

Gráfico 1- Escolaridade de jovens de 19 aos 29 anos no Brasil



Fonte: IBGE/Pnad (2018).
Elaboração: Anuário da Educação 2018.

Os indicadores mostram a média de escolaridade em jovens de 18 a 29 anos um ano antes (2013) de entrar em vigor o atual Plano Nacional de Educação (2014 à 2024), ao qual indica uma média de escolaridade no cenário Nacional de 9,9 anos; enquanto nas regiões de menores escolaridade como é o caso de Norte e Nordeste temos uma taxa de 9,1 e 8,9 respectivamente, por outro lado, nas regiões mais desenvolvidas temos a região Sudeste com uma média de escolaridade de 10,5. Ou seja, uma taxa de 0,6 anos a mais que a média Nacional. (Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2018)

Os indicadores mostram que esses números têm tido um crescimento considerável com a passar do plano, com isso, o mesmo nos mostra que no ano de 2017, com os últimos resultados do Anuário Brasileiro de Educação Básica tivemos um aumento na taxa média de escolaridade entre jovens de 18 a 29, que passou 9,9 anos para 10,3 anos e com uma estimativa de meta para o fim de vigência do atual PNE de 12 anos. (Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2018).

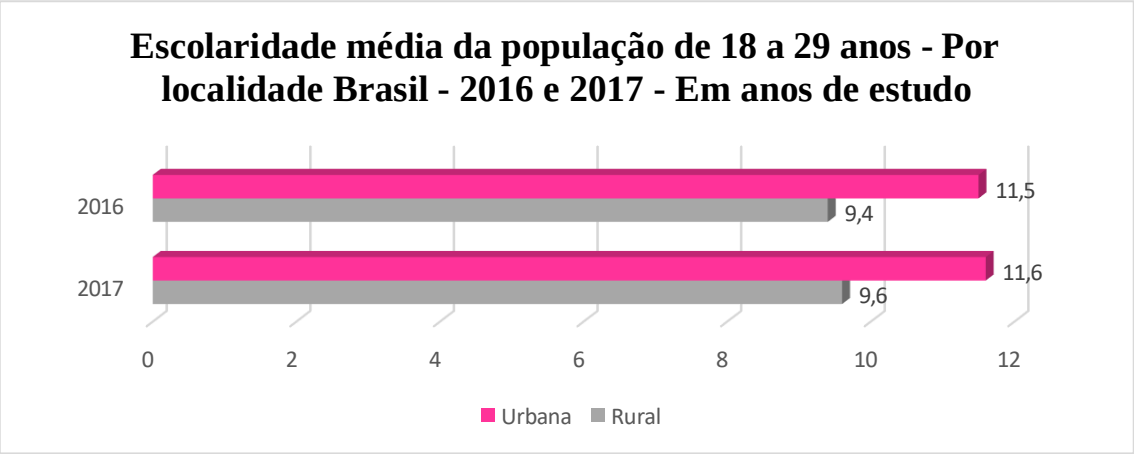
No segundo gráfico, analisamos a taxa de escolaridade média da população de jovens entre 18 a 29 anos (25% mais pobre), os indicadores nos mostram que no primeiro momento (2013) temos uma taxa de 8,1 anos, uma diferença de 1,8 anos a menos que índices nacionais no mesmo período. E temos no ano de 2017 com o último indicativo uma taxa 9,8 anos. O que notamos que houve crescimento significativo de 1,7 anos se comparado com a taxa de 2013. Deixando uma diferença de 0,5 anos se comparado com a média de escolaridade

nacional e com uma meta final de 12 anos, até fim de vigência do atual PNE que vai até o ano de 2024.

No terceiro gráfico podemos analisar os índices de escolaridade média da população entre jovens de 18 a 29 anos (Pardos e Negros), os indicadores nos mostram uma taxa inicial para no ano de 2013 de 9,2 anos, com uma diferença de 0,7 anos mais baixa que a média nacional e uma diferença de 1,1 anos mais elevado se comparada com os jovens entre 18 a 29 anos (25% mais pobres). No último indicador no ano de 2017 ainda no terceiro gráfico, podemos analisar uma taxa de media 10,8 anos, ou seja, um crescimento de 1,6 anos se comparado com o ano inicial de 2013, por fim, temos uma meta até o fim de vigência do atual Plano de média de escolaridade de 12 anos, para o público de 18 a 29 anos (Pardos e Negros).

Temos ainda, segundo dados contidos no anuário brasileiro da educação básica informações referentes a escolaridade média da população 18 a 29 anos separados por localidade, regiões urbanas e rurais no contexto nacional:

Gráfico 2- Escolaridade da população de 18 a 29 anos.



Fonte: IBGE/Pnad (2018).
Elaboração: Todos Pela Educação.

No gráfico acima podemos analisar, os indicadores de escolaridade média da população de 18 a 29 anos – por localidade Brasil, o que significa que são índices que medem a diferença média de escolaridade entre a população que residem nas regiões Urbanas e a população que reside no Meio Rural, os indicadores mostram que temos uma escolarização média para a população do Meio Urbano no ano 2016 de 11,5 anos, e para a população do Meio Rural no mesmo ano, de média 9,4 anos, uma diferença de 2,1 anos de média de escolaridade por localidade no Brasil.

No segundo indicador do gráfico que mede a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, por localidade Brasil, temos uma média para o ano de 2017 para a população do

Meio Urbano de 11,6 anos, ou seja, um crescimento de 0,1 anos se comparado com o ano anterior. No indicador da população no Meio Rural temos uma taxa de 9,6 anos, o que significa um aumento de 0,2 anos se comparado com ano anterior, aumento esse maior que o da população urbana.

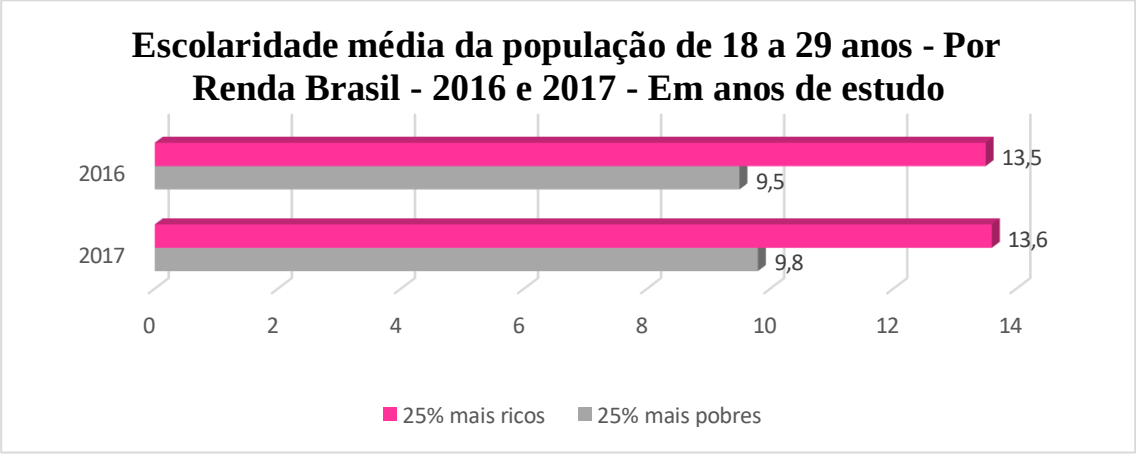
Embora, a educação do Meio Rural esteja em crescimento com o decorrer do Plano Nacional de Educação ainda assim percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido, segundo Junior Neto, 2011:

> No que se refere à educação no meio rural, observamos que foi historicamente relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto - embora não seja a única – diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcadas por construções culturais hegemônicas do meio urbano que tende a inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural. (JUNIOR NETO, p.46, 2011).

Os dados analisados nos documentos pesquisados, assim como os entendimentos dos textos estudados no decorrer da pesquisa, vêm para corroborar com a ideia já pré construída ao longo da história do nosso País, de que a educação de Campo, sempre foi vista como a margem de todo o processo de idealização, e por conta de todo o atraso no processo histórico de políticas voltadas para essa demanda, podemos entender a diferença negativa nos dados acima descritos referente a população da área Urbana e do Meio Rural.

Ainda referente a temática de escolaridade média da população de 18 a 29 anos, temos indicadores da média de anos estudados para esse público separados entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população. Segue abaixo o gráfico que exemplifica esses números:

Gráfico 3- Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Por Renda Brasil.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – 2018.
Elaboração: Todos Pela Educação.

No gráfico acima podemos analisar os dados referentes a taxa média de escolaridade da população entre 18 a 29 anos (25% mais ricos e 25% mais pobres), os indicadores nos mostram que no ano de 2016 tivemos uma taxa média de escolaridade para a população 25% mais rica de 13,5 anos, ou seja, 1,5 anos maior que a meta para a população ao final da vigência do atual plano que é de 12 anos até 2024. Enquanto os indicadores nos mostram que em 2016 tivemos uma taxa média de escolaridade para os 25% mais pobres da população de 9,5 anos, ou seja, 4,0 anos menor da população mais rica.

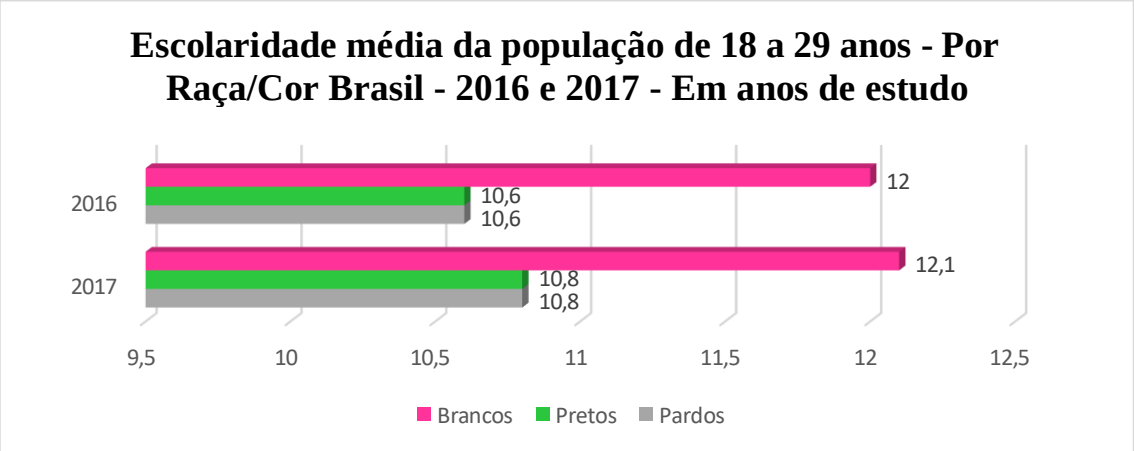
No gráfico 3, que diz respeito ainda a escolaridade média da população de 18 a 29 anos - por renda no Brasil (25% mais ricos e 25% mais pobres), no ano de 2017 a taxa de escolaridade média da população 25% mais rica é de 13,6 anos, 0,1 anos de crescimento para o ano anterior de 2016. Enquanto, para a população 25% mais pobre a taxa média está em 9,8 anos, cerca de 0,3 anos maior que a última marca que foi no ano de 2016, embora, os dados nos mostre que a média da população 25% mais pobre teve um crescimento maior que o da população 25% mais rica, ainda percebemos que são dados preocupantes, haja visto termos uma média de diferença de cerca de 3,8 anos se comparados os 25%mais ricos com os 25% mais pobres, e isso infelizmente é uma realidade que ainda assombra nosso País:

> Um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidencia o quanto permanece desigual a distribuição de renda no Brasil. Na média nacional, os mais ricos chegam a receber 17,6 vezes mais que os mais pobres. Na divisão por capitais, essa diferença chega a 34,3 vezes, [...] Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal (incluindo, além da renda proveniente do trabalho, os rendimentos de aposentadoria, pensão, aluguel, programas sociais etc.) per capita domiciliar em 2017 foi de **R$ 6.629** para a parcela que representa os 10% dos brasileiros mais ricos. Já entre a parcela dos 40% mais pobres, o rendimento médio foi de apenas **R$ 376**. (SILVEIRA, p.1, 2018).

Embora o problema da desigualdade tenha vários fatores que englobam suas causas, a questão da baixa escolaridade média de uma população, sem dúvida é um agravante que interfere nesses indicadores de pobreza, e sabemos que os números mostram que a população entre 18 a 29 anos que tem um nível de escolaridade mais elevado tendem a terem salários mais altos. (Anuário Brasileira da Educação Básica, 2018).

Os próximos dados a serem analisados são referentes a escolaridade média da população de 18 a 29 anos – por raça/cor no Brasil, no ano de 2016 e 2017, em anos estudados. No gráfico a seguir podemos analisar a diferença da taxa média de escolaridade em anos estudados entre as pessoas que se alto declararam brancas, pretas e pardas.

Gráfico 4- Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Por Raça/Cor Brasil.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua. 2018.
Elaboração: Todos Pela Educação.

A partir da análise dos dados acima, podemos observar a média em anos estudado por jovens de 18 a 29 anos da população da cor Branca é de 12 anos, enquanto a média para jovens da cor preta é de 10,6, bem como para a população de cor parda a média é de 10,6. Percebemos uma diferença de 1,4 anos a mais para população considerada branca para os jovens considerados pardos e pretos.

No segundo gráficos, podemos analisar dados referente ao ano de 2017, que mostra uma taxa para a população de jovens de 18 a 29 anos considerados brancos de 12,1 anos, com um crescimento de cerca 0,1 anos em comparação com o ano anterior de 2016, para a população dos jovens considerados pretos, temos uma taxa média de 10,8, assim, como para os jovens considerados pardos de 10,8, com um aumento média de cerca de 0,2 anos se comparados ao ano anterior de 2016. Mas ainda com uma diferença média de cerca 1,4 anos para a população considerada branca.

Os dados nos mostram que temos uma diferença ainda entre a população considerada branca e a que se considera negra.

> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2016 mostram que entre os 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros (pretos ou pardos), contra 20,8% brancos. Já entre os 10% mais ricos, a situação se inverte: 72,9% são brancos e 24,8% são negros. Os dados, disponíveis [...] ilustram a dívida histórica que o Brasil tem para com os negros, pois essa diferença é fruto de uma história baseada na exploração dos negros. Quanto às regiões, chama a atenção que no Sul 90,9% dos 10% mais ricos se autodenominem brancos, porém essa é a região onde há menor percentual da população que se autodenomina negra (preta ou parda): são 22,3%, contra uma média que já alcança 54,6% no país e é de quase 75% no Nordeste e quase 80% no Norte. (FPA, p.1, 2018).

Partindo da perspectiva de que a história do negro sempre foi marcada por desigualdade no Brasil, não é de se estranhar que os dados tenham nos mostrado essa triste

estatística e que infelizmente é realidade em nosso País, mas sabemos que são enfrentamentos necessário para que se tenha uma educação de qualidade e igualitária para todos, para quem sabe assim se tenham uma melhor igualdade social a todos os brasileiros.

Esses são alguns indicadores que podemos analisar acima referentes a meta número 8 do Plano Nacional de Educação, dados referentes a: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos, bem como alguns indicadores referentes a localidades, como é o caso da Área Urbana e o Meio Rural, assim como, podemos analisar indicadores de renda no Brasil, como foi o caso dos 25% mais pobres e os 25% mais ricos no Brasil, bem como dados referentes a raça/cor no Brasil.

Diante dos indicadores expostos na meta 8, passaremos para a análise da meta 9 do Plano Municipal de Educação em que apresenta a seguinte projeções:

> Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzirem 50% a taxa de analfabetismo funcional. (Anuário Brasileiro da Educação Básica. 2018).

A partir da análise da meta 9 do Plano Nacional de Educação, passaremos a analises dos gráficos e tabelas contidos no Anuário Brasileiro da Educação Básica, assim como quais indicadores fazem referências ao assunto abordado e que nos interessa nesta pesquisa.

Sabe-se ainda, que a erradicação do analfabetismo é um objetivo ainda muito distante, principalmente até o final da vigência do atual Plano Nacional de Educação, segundo o Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2018:

> A erradicação, até 2024, do analfabetismo absoluto no Brasil, meta estabelecida no PNE, ainda é um objetivo distante. Segundo as informações mais recentes da Pnad Contínua, 6,9% da população com 15 anos ou mais ainda não está alfabetizada no Brasil. Nos últimos cinco anos, a média nacional não chegou a evoluir dois pontos percentuais. [...] No Nordeste, o índice de alfabetização é ainda inferior e 14,5% desse recorte populacional é incapaz de ler ou escrever o próprio nome. O desafio é maior no campo. O Brasil rural tem apenas 82,3% da população de 15 anos ou mais alfabetizada. [...] Apesar de ser este um desafio vencido por muitas nações há mais de um século, o atraso brasileiro torna-se ainda mais significativo quando se leva em conta que as exigências de letramento aumentam com as novas tecnologias. (ABEB, p.84, 2018).

Diante da problemática do analfabetismo no Brasil, o atual PNE, tem como uma de suas principais metas erradicar o analfabetismo, embora saibamos que a erradicação ainda é algo distante no Brasil, muito graças a falta de políticas voltadas a uma educação de qualidade, principalmente no campo, e regiões como Norte e Nordeste tendem a sofrer mais com as faltas de investimentos nessa área. Uma das estratégias apontadas no PNE para

superar o analfabetismo no Brasil é “apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos”.

A seguir, a tabela 1 faz referência a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil e regiões:

Tabela 1- Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e regiões – 2012-2017 em %.

REGIÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BRASIL	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1
NORTE	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0
NORDESTE	82,9	82,4	83,9	84,3	85,2	85,5
SULDESTE	95,2	95,5	95,7	95,9	96,2	96,5
SUL	95,2	95,6	96,0	96,1	96,4	96,5
CENTRO-OESTE	93,1	93,6	93,9	94,1	94,3	94,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. 2018

Elaboração: Todos Pela Educação.

Com base nos dados apresentados acima, podemos ter um parâmetro de como anda a alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade e quais em porcentagem refere a população alfabetizadas de acordo com as regiões e no Brasil. No primeiro cenário, no ano de 2012 temos no Brasil, uma taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade de 91,4%, e observamos uma evolução nessa taxa no decorrer dos anos, até 2017, que tem uma taxa de 93,1%. Como pode ser observado mais detalhado no gráfico acima.

Quanto as regiões, observamos que a região Nordeste é região com a menor taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade, seguida da Região Norte, com uma taxa para o ano de 2012 de 82,9% e 90,4% respectivamente. Os números têm apresentado uma evolução com o passar dos anos, e no ano de 2017, a região Nordeste apresenta uma taxa de 85,5%, com um crescimento de cerca de 2,6%. Já na região Norte tivemos uma taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais no ano de 2017 de 92,0%, com um crescimento de cerca de 1,6%, representando um crescimento de cerca de 1,0% menor que a região Nordeste.

As regiões Sul e Sudeste a maior taxa de alfabetização da população de 15 anos correspondente a 95,2% cada, seguida da região Centro-Oeste, que tem uma taxa de 93,1% para o ano de 2012, essas três regiões representam as três regiões com maior taxa de

alfabetização da população de 15 anos ou mais. Essas três regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, apresentaram uma evolução no decorrer dos anos pesquisados assim como as regiões com menores taxa de alfabetização que são Nordeste e Norte, analisando os dados apresentados na tabela acima podemos perceber uma diferença de evolução, entre a regiões Sul que tem uma alta mais acelerada que a região Sudeste, porém as duas se igualam se analisarmos os dados referente ao ano de 2017, com uma taxa de 96,5% cada. E a região Centro-Oeste apresenta uma taxa de alfabetização para a população de 15 anos ou mais no ano de 2017 de 94,8%.

De acordo com Salvato (2010), são inúmeros os fatores que podem influenciar no desenvolvimento de determinada região, e apesar da elevada quantidade de órgãos e programas governamentais em nível federal e estadual que se prestam ao desenvolvimento econômico regional, as políticas governamentais implementadas nesses últimos 50 anos se utilizaram fortemente dos mesmos instrumentos: concessão de incentivos fiscais e crédito público subsidiado à iniciativa privada e investimento estatal em infraestrutura. Motivo esse que pode explicar como algumas regiões se desenvolveram mais que as outras.

Outro ponto que favorece as diferenças nos indicadores de taxas de alfabetação, é devido ao próprio campo que não oferece, as mesmas oportunidades que os grandes centros do Brasil, e com todo o contexto de violência que o campo vem sofrendo historicamente muito por conta da própria luta latifundiária, não é de se esperar que se tenha resultados melhores se comparados com os centros urbanos.

> Na atualidade, os conflitos no campo se fazem presentes e os números ainda assustam, a violência tem-se concretizado no âmbito das organizações dos trabalhadores, no sentido de desarticulá-las. Com efeito, a legislação defensora da propriedade privada e das condições para o lucro e a acumulação do capital tornava, e ainda torna, muitas ações dos movimentos sociais potencialmente ilegais (mas não *ilegítimas*), permitindo a sua equiparação a condutas delituosas [...] Verificamos até a tendência de associar os trabalhadores do campo que defendem seus diretos, organizados em movimentos sociais ou não, a criminosos, tornando-se até procurados pela polícia. (JESUS; BEZERRA, apud. CALDART, *et.al*, 2012. p.241, 2013)c.

Nesta perspectiva, pode-se ter uma noção de como o campo tem passado por problemas que tem impedido de ter um desenvolvimento social sustentável, o que impacta diretamente nos índices de taxas de alfabetização entre outros relacionados a educação no Brasil. A seguir, teremos uma tabela que mostra os números da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade que são moradores da área urbana/rural, entre os anos de 2012 a 2017.

Tabela 2- Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Urbana/Rural – 2012-2017 em %.

População	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Urbana	93,5	93,8	94,0	94,2	94,6	94,8
Rural	78,6	79,4	80,3	80,7	81,7	82,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. 2018.

Elaboração: Todos Pela Educação.

Os dados expostos na tabela acima, mostram que ano de 2012, a população com 15 anos ou mais que morava na área urbana tinha uma taxa de alfabetização de 93,5% enquanto o da população da área rural, apresentou uma taxa de alfabetização de 78,6%, cerca de 14,9 % se comparado com a área urbana, o que representa uma diferença bastante significativa.

Se analisarmos a tabela apresentada acima, percebemos uma evolução nos números das taxas apresentada, e isso mostra que temos uma perspectiva positiva quanto a esses números, mas ainda temos uma significativa diferença entre a taxa de alfabetização da população residente na área Urbana que no ano de 2017 apresentou uma taxa de 94,8% e da população das áreas rurais que apresentou uma taxa de alfabetização de 82, 3%, ou seja, uma diferença de cerca de 12,5%, uma diferença menor se comparada com o ano de 2012, mas ainda assim, bastante elevada se comparada a população das áreas urbanas e meio rural, o que é bastante preocupante.

E esse cenário evidencia ainda mais o que já vem sendo discutidos por diversos autores, como Arroyo que nos fala sobre a questão do campo, e todo o processo que envolve a expulsão da população que reside no campo em busca de melhores condições na cidade, e esse processo é conhecido com o êxodo rural, segundo Junior e Neto (2011),

> A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo. (JUNIOR; NETO, p.48, 2011).

Como podemos perceber o processo de "expulsão" da população do meio rural principalmente das pequenas famílias agricultoras que não tiveram mais oportunidade de terra e trabalho, influenciou diretamente nos baixos índices de analfabetismo dessas regiões, e logicamente, falta de incentivos voltados para as regiões norte e nordestes, influenciou para o elevado índices de êxodo rural, em muito associada ao discurso de que a cidade possibilitaria

melhores condições de trabalho mesmo que esses não tivessem mão de obra qualificada, sendo a cidade o lugar de oportunidade e o campo lugar de atraso.

Os dados da tabela a seguir, nos mostram dados referente a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade por renda domiciliar per capita, ou seja, os 25% mais pobres e os 25% mais ricos no Brasil, entre os anos de 2016 e 2017. Esses indicares estão diretamente relacionados com os índices analisados anteriormente, referentes ao meio rural e áreas urbanas.

O Plano Nacional da Educação, apresenta na meta 10 as articulações e parcerias para a educação de jovens e adultos.

> Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio. (Anuário Brasileiro da Educação Básica, p.90, 2018).

A meta 10 do Plano Nacional de Educação, faz uma análise referente ao número de matriculas de alunos jovens e adultos e a porcentagem desses números vinculados a matrículas integradas a educação profissional, tanto no cenário nacional, quanto nas quatro regiões do Brasil.

Desta forma passaremos para a tabela a seguir, com as seguintes informações:

Tabela 3- matrículas integradas a educação profissional: nacional e por região do Brasil

		Nível Fundamental			Nível Médio		
	Total EJA	**Total**	**Integrado à Educação Profissional**	**% matrículas Integradas à Educação Profissional**	**Total**	**Integrado à Educação Profissional**	**% matrículas Integradas à Educação Profissional**
Brasil	**3.482.174**	**2.105.535**	**61.912**	**2,94**	**1.376.639**	**34.502**	**2,51**
Norte	418.396	277.345	7.275	2,62	141.051	3.328	2,36
Nordeste	1.330.079	955.469	44.598	4,67	374.610	23.883	6,38
Sudeste	1.119.025	538.225	5.543	1,03	580.800	2.839	0,49
Sul	383.155	214.713	1.966	0,92	168.442	1.701	1,01
Centro-oeste	231.519	119.783	2.530	2,11	111.736	2.751	2,46

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar - 2017
ELABORAÇÃO: Todos Pela Educação.

A tabela acima contém importante informações referentes ao número de matriculas de alunos da educação de jovens e adultos no Brasil e nas cinco regiões, assim como quais as porcentagens das matrículas integradas à educação profissional que é o que nos interessa neste momento.

Observamos que o número de matricula no Brasil está com um total de 3.482.174, e que temos uma diferença significante quando comparados os ensinos fundamentais e ensino médio. Quando temos um número de 2.105.535 para as matrículas referentes ao ensino Fundamental e para o ensino médio temos um número de 1.376.639, pouco mais da metade do número do ensino fundamental.

Quando analisamos os números agora referentes a educação integrada a educação profissional esse número diminui drasticamente, pois temos o número de matriculas integradas a educação profissional para o ensino fundamental de 61.912 cerca de apenas 2,94% do total de matriculas para a educação de jovens e adultos no Brasil, quanto ao número de matriculas para o ensino médio temos um número de 34.502 cerca de 2,51% do total de matriculas.

Quando separamos os números de matriculas da EJA pelas regiões do Brasil, temos uma diferença significativa, as regiões mais populosas como Nordeste e Sudeste apresentam número de matriculas maiores, a região Nordeste tem um total de 1330,079. O número de matrículas para o ensino fundamental é de 955.469 para o total de matrículas, quando se refere ao número der matrículas integradas a educação profissional apresenta um número de 44.598 com uma porcentagem de 4,67%. Quanto as matrículas do ensino médio temos um número de 374.610 no total e integrada a educação profissional 23.883, um percentual de cerca de 6,38.

Na região Sudeste tempos um total 1.119.025, onde temos para o ensino fundamental um número de 538.225 e para a integrada a educação profissional temos um total de 5.543, cerca de 1,03 % número esse que é bem inferior se compara com a região Nordeste que é a mais populosa. Quanto ao ensino médio temos um total de 580.800 e integrada a educação profissional 2.839, com cerca de 0,49% pouco menos de meio por cento.

Pode-se analisar através dos dados fornecidos pelo anuário brasileiro da educação básica que as duas regiões mais populosas e com maior número de matriculas para a Educação de Jovens e adultos (EJA) tem uma configuração diferente quando se pensa as duas modalidades de ensino, fundamental e médio, pois, na região nordeste temos um número muito maior para matrículas de ensino fundamental do que para o ensino médio. Já na região sudeste temos uma diferença entre o ensino fundamental menor, pois no ensino médio apresenta número maior do que a do ensino fundamental, embora essa diferença seja muito menor.

As regiões Norte, Sul e Centro-Oeste tem números parecidos entre si, o que podem ser melhor analisados na tabela acima, por esse motivo não entraremos em detalhes neste

momento. Ainda segundo o anuário brasileiro de educação básica, houve uma queda no número de matrículas para a educação de jovens e adultos no Brasil, e frisa a importância da educação profissionalizante para essa modalidade de ensino:

> As oportunidades atuais de formação educacional na EJA estão longe de oferecer uma alternativa concreta para os jovens e adultos brasileiros. Os dados de 2016 mostram a queda de matrículas em quase todas as modalidades hoje ofertadas. Os números gerais apontam para a redução de 0,28% entre 2015 e 2016. Assim, em uma década, a EJA perdeu 1,5 milhão de matrículas.
> O atual PNE dá ênfase à importância da EJA integrada à Educação Profissional. A oferta vem crescendo lentamente no Ensino Fundamental – 4,71% em 2016 –, mas o total ainda é residual em relação ao conjunto das matrículas. Em todo o País, são apenas 17,6 mil alunos. No Ensino Médio, a EJA com caráter profissionalizante registrou uma queda de 11,67% no número de matrículas, somando hoje 34,5 mil estudantes. Nesta perspectiva, sabe-se que a educação profissional ofertadas hoje no Brasil está bem distante de atender a demanda de jovens e adultos que dela necessita, e em consequência disso, muitos jovens e adultos encontram-se pouco preparados para o mercado de trabalho que é competitivo e implacável hoje no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil sem dúvidas é um tema que ainda tem um árduo e longo caminho a ser percorrido, quando se pensa uma educação de qualidade para essa modalidade de ensino, por esse motivo, deve-se discutir muito a temática para que assim possamos ter de fato uma real melhora na qualidade de nossa educação, e especificamente a da EJA no Brasil. A escola com sua função social, tem um papel primordial na formação de novos cidadãos que pensam e almejam essa tão sonhada educação de jovens e adultos no Brasil.

Mais ainda, sabendo-se de todo o percurso histórico que teve a educação brasileira em nosso país, desde os primórdios colônias com a chegada das cruzadas e consequentemente suas primeiras estruturas educacionais, mesmo que essas fossem voltadas para a catequizações dos nativos aqui colonizados, e mais adiante, para a educação dos filhos da família real, e por fim para as demais pessoas da colônia portuguesa. Até chegarmos aos moldes que temos hoje, com a criação de leis que garantisse direitos e deveres para uma melhor qualidade na educação, da qual podemos citar, a nossa Constituição Federal, LDBEN, PNE e PCN´s, entre outros que garantem e asseguram uma melhora na qualidade da educação em nosso pais,

Sabe-se ainda que a história da educação brasileira é marcada pela exclusão social de uma parcela considerável da sociedade, mais ainda quando pensamos a educação de jovens e

adultos no Brasil, e contextualizando a nossa realidade que é a educação do campo. Apesar desta realidade, o desafio em assegurar o pleno direito a educação de qualidade inclusive na modalidade EJA, deve assegurar que a mesma abranja desde as ações democráticas e amplas na sociedade na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas para a respectiva área, como também a organização do tempo, do espaço e dos saberes escolares pelo viés da gestão democrática até o interesse, a dedicação e o incentivo dos estudantes.

Outro ponto em nossa pesquisa bastante discutido faz referência aos movimentos sociais do campo, bem como, as lutas que os mesmos buscam para trazer melhorias na qualidade da educação aos alunos da educação no campo, sejam eles da educação de jovens e adultos ou da educação básicas regular, e Arroyo (1998) nos foi bastante importante e necessário para pudéssemos fazer esse diálogo e discussões referentes a importâncias dos movimentos sócias do e no campo na educação básica.

E por fim, destacamos o papel do Plano Nacional de Educação que serviu para nos dar base em nossa pesquisa através das metas e estratégias que foram de suma importância para que pudéssemos nos aprofundadas em nossa pesquisa, bem como o Anuário Brasileiro da Educação Básica, que serviu como dados de informações e gráficos estáticos referentes as informações sobre a educação de jovens e adultos no cenário nacional, e local, esses são algumas das fontes de pesquisas bibliográficas que foram de fundamental importância para que pudéssemos concluir nossa pesquisa de forma satisfatória.

O tema abordado na pesquisa sem dúvida é de suma importância para nossa comunidade de forma geral, pois trata de uma demanda de ensino pouco vista e olhada, tanto em um contexto nacional, e mais ainda em nossa realidade local e ribeirinha, visto isto a EJA sem dúvida é um tema que deve ser olhado com carinho e responsabilidade por nossos governantes, bem como, pelos educadores que adentram na sala de aula para se trabalhar nesta modalidade de ensino.

Embora, se reconheça que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil teve uma significativa melhora no decorrer de sua história, ainda assim, sabemos que é pouco para essa modalidade, principalmente quando se pensa uma escola ideal do campo onde sabemos muitas vezes não ter estrutura se quer para acolher o aluno da educação básica regular, pois, a mesma se mostra pouco atrativa e mais ainda para a modalidade da EJA que tem uma realidade totalmente diferente dos níveis de ensino, pois, sabemos não temos materiais didáticos apropriados, e também quase sempre não podemos contar com uma aparato tecnológico mínimo para ministrar aulas interessantes que envolvam esses alunos não somente para aprender, mas para prepara-los para o mercado de trabalho.

Deixo aqui minhas considerações finais, primeiramente em forma de agradecimento, pois, durante toda a minha trajetória acadêmica pude encontrar com pessoas boas que puderam me ajudar nessa jornada de formação acadêmica, e segundamente a secretaria de educação do município de Curralinho-PA, que puderam me conceder alguns informações necessárias para a realização desta pesquisa, e assim como as secretarias das escolas por mim visitadas, mesmo que essas, tivessem sido vista minimamente e de forma simbólica, pois quase sempre não consegui as informações e matérias bibliográficos necessário, mas que mesmo assim me dedicaram tempo e atenção para que eu pudesse expressar minhas necessidades de pesquisa.

Por fim, gostaria de deixar minhas sinceras e sucintas considerações referente a modalidade de educação de jovens e adultos no nosso querido e acolhedor município de Curralinho-pa. Sei que, muitas vezes no exercício do magistério, trabalhamos em condições difíceis, e pouco valorizadas, mas pude perceber durante minha estadia tanto nos estágios quanto durante minha observação para a pesquisa, o quanto é gratificante essa modalidade de ensino, tanto na gratificação pessoal que temos quando sentimos que podemos ajudar alguém que necessita de algo “tão simples” que é aprender a ler e escrever, quanto na realização de ver o aluno que aprende essa mesma necessidade que antes lhe parecia impossível, inserido neste mundo tecnológico e excludente que é o mundo letrado.

A modalidade da EJA, hoje para mim é vista com outros olhos à de quando entrei na universidade, se antes via como uma realidade muito distante para mim como futuro profissional, a pesquisa realizada me proporcionou a oportunidade de resignificar minhas concepções teóricas e práticas referentes a está modalidade de ensino. E sem dúvida é uma área de pesquisa que pretendo me aprofundar mais ainda, seja em um outro trabalho acadêmico, seja como área de atuação profissional, pois, sem dúvida trabalhar com pessoas jovens e adultos e poder transformar a realidade a curto prazo para essas pessoas com gestos simples é algo particularmente empolgante e gratificante.

REFERENCIAS

AGENCIA de Notícias. Número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de- imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de- jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano.
Acesso em 26 de Março de 2019.

ALVES, Washington Lair Urbano**. A história da educação no Brasil:** da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996 / Washington Lair Urbano Alves – –Lins, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo** (Texto elaborado a partir da palestra proferida durante a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em Luziânia/GO, realizada de 27 a 31 de julho de 1998.)

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação no Campo**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. **Trajetória da Educação de Jovens e Adultos:** Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. Revista Cairu, Ano 03, n° 04, p. 1 64-190, Jul/Ago, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabeleceas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Orientações Didáticas:** Alfabetização e Letramento - EJA e MOVA / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

BRASIL. Anuário Brasileiro da Educação Básica. **PNAD Contínua:** Todos pela educação. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite. Acesso em: 20 de Março de 2019.

BRASIL. Fundação Perseu Abramo. Partidos dos Trabalhadores. **Negros são 78 entre os mais pobres e somente 25% entre os mais ricos.** Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente- 25-entre-os-mais-ricos/> acesso em: 01/06/2019.

CRUZ, Érica; GONÇALVES, Márcia Ribeiro; OLIVEIRA, Munich Ribeiro de. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: políticas e práticas. Disponivel em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html acesso em 06 de dezembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entre notas:** Compreensão da pesquisa. Belo Horizonte. Editora, UFMG, 2013.

JARDELINO, José Rubens Lima. **Educação de Jovens e Adultos:** Sujeitos, Saberes e Praticas. 1. ed. São Paulo. Cortez, 2014.

PIERRO, MARIA CLARA DI; JOIA, ORLANDO; RIBEIRO, VERA MASAGÃO. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar**.** 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

RYBCZYNSKI, Estanislau. **Mobral, o ensino da ditadura.** Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/9064/Mobral,+o+ensino+da+ditad ura. acesso em 07 de dezembro de 2018.

JEFFREY, D. C. ; DOMBOSCO, C. T. ; NUNES, F. ; LEITE, S. F. . A Legislação Educacional e o Conceito de Qualidade na Educação de Jovens e Adultos: Princípios e Orientações. **Revista Exitus**, p. 1 - 27, 01 jul. 2013.

SILVA, Lígia Verônica Ferreira da. **O Trabalho Infantil e o Ciclo da Pobreza** - reflexões sobre o tema. Disponível em: https://verner.jusbrasil.com.br/artigos/426288515/o-trabalho-infantil-e-o-ciclo-da- pobreza-reflexoes-sobre-o-tema. Acesso em 24 de Março de 2019.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; NETTO, Mário Borges. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades/Universidade Federal de Uberlândia **Entrelaçando** - Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo n. 3, Ano 2 , nov/2011, p. 45-60. ISSN 2179.8443

SILVEIRA, Daniel. No Brasil, 10% mais ricos ganham cerca de 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/no-brasil-10-mais-ricos-ganham- cerca-de-176-vezes-mais-que-os-40-mais-pobres-aponta-ibge.ghtml>
Acesso em: 01/06/2019.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101- 41612010000400001 Acesso em: 11/12/2019.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2.ed. 2009.